

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra

CNPJ : 61.699.567/0043-41
Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis da unidade gerenciada: **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra.**

Relatório da Administração
Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25, inciso XIX, submetemos à apreciação de V. S.^{as} o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local

e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101, Alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto Federal 8.242/14 e Portaria Ministerial 1.970/11 do Ministério da Saúde, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. São Paulo, 28/02/2015. **Professor Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira.** Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Balancos Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Ativo	Nota	2.014	2.013
Ativo Circulante		88.049.657,68	14.172.321,05
Caixa e Equivalentes de Caixa		51.168,59	8.489.057,19
Bancos conta movimento	4.1	51.168,59	126.813,34
Aplicações Financeiras	4.2	-	8.362.243,85
Contas a Receber	4.3	86.702.000,15	4.755.633,60
Estimativa de Rescisão Contratual	4.3.2	2.553.292,57	1.453.602,11
Valores a Receber - Prefeitura			
Município de Taboão da Serra	4.3.1	84.148.707,58	3.302.031,49
Outros Créditos	4.4	164.139,58	38.409,41
Antecipações salariais			81,30
Antecipação de férias	4.4.1	160.419,58	37.488,11
Outros créditos e adiantamentos	4.4.2	150,00	840,00
Depósito judicial	4.4.3	3.570,00	-
Despesas Pagas Antecipadamente	4.5	10.388,74	-
Prêmios de seguros e outros a vencer	4.5	10.388,74	-
Estoques	4.6	1.121.960,62	889.220,85
Materiais e Medicamentos	4.6	1.121.960,62	889.220,85
Ativo Não Circulante		179.658.037,99	1.826.531,16
Ativo Realizável a Longo Prazo	4.7	174.794.000,00	-
Despesas / Custos do Exercício seguinte			
Valores a receber	4.7	174.794.000,00	-
Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros	4.8	4.864.037,99	1.826.531,16
-Bens Móveis	4.8	4.864.037,99	1.826.531,16
Prontos Socorros Municipais			
Taboão da Serra	4.8	5.431.701,16	1.891.212,59
Ajuste vida útil - bens de terceiros	4.8	-567.663,17	-64.681,43
Total do Ativo		267.707.695,67	15.998.852,21
Contas de Compensação	4.24	- 1.891.212,59	-
Operações com Bens/Mercadorias-Terceiros		- 1.891.212,59	-
Mercadorias de terceiros		-	-
Bens recebidos		- 1.891.212,59	-
Total das Compensações Ativas		- 1.891.212,59	-

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Valores em Reais

Descrição	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultados do exercício/periódico	-	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	-	-
Depreciação e amortização	-	-
Resultado na venda de ativos permanentes	-	-
Ajuste nas contas patrimoniais	-	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber (256.876.485,46) (4.794.043,01)		
(Aumento) Redução em estoques (287.459,14) (806.196,23)		
Aumento (Redução) em fornecedores 1.779.612,31 963.662,53		
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões 241.705.600,36 13.125.633,90		
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros 3.037.506,83 1.826.531,16		
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(10.641.225,10)	10.315.588,35
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Compras de imobilizado	-	-
(-) Adição de Bens de Terceiros (3.037.506,83) (1.826.531,16)		
(-) Adição de bens intangíveis	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(3.037.506,83)	(1.826.531,16)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos tomados 16.975.191,86		
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures (11.734.348,53)		
Juros pagos por empréstimos	-	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	5.240.843,33	-
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa (8.437.888,60) 8.489.057,19		
No início do período 8.489.057,19		
No final do período 51.168,59 8.489.057,19		

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Valores em reais

Descrição	Nota	Patrimônio Social	Reservas Reavaliação	Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício	Total
Saldo 31/12/2012							
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de Patrimônio	-	-	-	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	-	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2013							
Incorporação ao Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de Patrimônio	-	-	-	-	-	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) do Exercício	-	-	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2014							

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2014 e 2013

1- Contexto Operacional: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentre seus objetivos, a SPDM prevê em seu Estatuto Social (Capítulo II, artigo 4º, Inciso IV): "Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas e programas visando garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão, podendo firmar convênios, contratos, parcerias e demais instrumentos jurídicos com outras instituições de natureza pública e/ou privada, nacional e/ou internacional, de ensino, pesquisa e/ou assistência à saúde". Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **1.1.- Caracterís-**

Passivo

Passivo	Nota	2014	2013
Passivo Circulante		69.754.407,68	14.172.321,05
Fornecedores	4.9	1.370.549,42	748.267,45
Serviços de Terceiros			
Pessoa Física/Jurídica	4.10	1.372.725,42	216.194,84
Salários a pagar	4.11	1.317.514,04	1.124.164,27
Contribuições a recolher	4.12	351.285,67	267.545,26
Provisão de férias	4.14	1.844.240,01	1.006.686,07
Provisão de FGTS sobre	4.14	147.539,20	80.534,89
Provisão para 13º salário	4.14	-	-
Provisão FGTS sobre 13º salário	4.14	-	-
Estimativas de Rescisão Contratual	4.13	2.553.292,57	1.453.602,11
Impostos a recolher	4.15	231.281,10	163.818,42
Obrigações Tributárias	4.16	100.918,38	57.451,70
Outras contas a pagar	4.19	1.821.699,85	565.627,83
Materiais de terceiros em nosso poder	4.23	28.305,25	83.024,62
Financiamentos/Empréstimos/parcelamentos	4.20	5.240.843,33	-
Parcelamento de impostos e contribuições			
Provisão de despesa processos cíveis	4.17/4.18	-	-
Convênios/Contratos públicos a realizar	4.21	53.374.213,44	8.405.403,59
Passivo não Circulante		197.953.287,99	1.826.531,16
Obrigações-Bens Móveis de terceiros	4.22	5.431.701,16	1.891.212,59
Ajustes vida útil econômica - Bens Móveis de terceiros		(567.663,17)	(64.681,43)
Convênios/Contratos públicos a realizar	4.21	193.089.250,00	-
Total do Passivo		267.707.695,67	15.998.852,21

Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	Nota	2014	2013
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		267.707.695,67	15.998.852,21
Contas de Compensação	4.24	- 1.891.212,59	-
Operações com Bens/Mercadorias-Terceiros		- 1.891.212,59	-
Mercadorias recebidas		-	-
Bens recebidos		- 1.891.212,59	-
Total das Compensações Passivas		- 1.891.212,59	-

Demonstração do Valor Adicionado - Valores em Reais

Descrição	2.014	2.013
1 - Receitas	80.541.816,91	28.221.098,42
1.1) Prestação de serviços	72.186.309,82	25.243.276,01
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	-
1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercício Anterior	25.617,86	122.079,83
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	8.329.889,23	2.855.742,58
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)	43.055.931,84	14.897.099,81
2.1) Matérias-primas consumidas	-	103,50
2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações de serviços	11.512.279,86	4.689.768,24
2.3) Serviço de terceiros e outros	31.543.651,98	10.207.228,07
2.4) Perda / Recuperação de valores ativos	-	-
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	37.485.885,07	13.323.998,61
4 - Retenções		
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	-	-
5 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (3-4)	37.485.885,07	13.323.998,61
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	321.093,43	270.808,93
6.1) Receitas financeiras	321.093,43	270.808,93
7 - Valor Adicionado Total (5+6)	37.806.978,50	13.594.807,54
8 - Distribuição do Valor Adicionado		
8.1) Pessoal e encargos	28.618.193,13	10.453.889,52
8.2) Impostos, taxas e contribuições	23.762,88	9.192,92
8.3) Juros	182.518,30	19.659,95
8.4) Aluguéis	652.614,96	256.322,57
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	8.329.889,23	2.855.742,58
8.6) Déficit ou Superávit do Exercício	-	-

Tributária: A SPDM no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05/10/1988. **2.1. - Requisitos para Imunidade Tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benefício, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (artigo 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (artigo 25 XIX e artigo 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (artigo 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (artigo 19 V do Estatuto Social). **2.2. - Isenção Tributária e característica da isenção:** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, regulamentada pelo Decreto nº 7.237/10, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • A Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • A isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contrapartida); • Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • Há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2.3. - Requisitos para manutenção da Isenção tributária.:** A Lei 12.101 de 27/11/2009 estabelece em seu artigo 29 e incisos que a entidade beneficente certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II - aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III - apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV - mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V - não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI - conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII - cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; VIII - apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao artigo 29 estabelecendo em 3 novos parágrafos que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede I - a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo

continua ➤

continuação

empregatício; II - a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que re- cebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% do limite estabele- cido para a remuneração de servidores do Poder Executivo federal. § 2º A remuneração dos dirigentes estatutários referidos no inciso II do § 1º deverá obedecer às seguintes condições: I - nenhum dirigente remunerado poderá ser cônjuge ou parente até 3º grau, inclusive afim, de instituidores, sócios, diretores, conselheiros, benfeitores ou equivalentes da instituição de que trata o caput deste artigo; e II - o total pago a título de remuneração para di- rigentes, pelo exercício das atribuições estatutárias, deve ser inferior a 5 ve- zes o valor correspondente ao limite individual estabelecido neste parágrafo. § 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não impede a remuneração da pessoa do diri- gente estatutário ou diretor que, cumulativamente, tenha vínculo estatutário e empregatício, exceto se houver incompatibilidade de jornadas de trabalho.

3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das de- monstrações financeiras de 2.014, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relati- vos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elab- orou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolu- ção Nº. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstra- ções Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) apli- cável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicati- vas de entidade sem finalidade de lucros. **3.1. - Razão Social da Unida- de: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra, Estrada Tenente José Maria da Cunha, 862 - Jardim Record - Taboão da Serra - SP - CEP 06.783-230, CNPJ nº 61.699.567/0043-41. 3.2. - Formalidade da Escritu- ração Contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem o evidenciamento de fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a docu- mentação contábil. **4 - Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamen- tos Contábeis e as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Con- tabilidade. As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas com base no Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, correlaciona- das às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e levam em consi- deração os pressupostos e conceitos básicos da contabilidade, como: o regime de competência, continuidade, relevância, materialidade, confiabi- lidade e primazia da essência sobre a forma. Face aos inúmeros concei- tos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002.). **4.1. - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº. 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores con- tabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

Descrição	31.12.2014
Caixa e Saldos em Bancos	51.168,59
Aplicação Financeira de Curto Prazo	-
Total	51.168,59

4.2. - Aplicações Financeiras: As aplicações são demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. As aplica- ções são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM. **4.3. - Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para regi- stro das mutações patrimoniais. Conforme resolução 1.409/12 (que apro- vou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **4.3.1 Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta totalizaram R\$ **84.148.707,58** em 2014 e representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº S-9001/2013 proveniente da Secretaria Municipal da Saúde em parceria com a Prefeitura Municipal de Taboão da Serra. **4.3.2 Estimativa de Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.305/10 (que aprova a NBC TG 07) e 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescis- são contratual entre a SPDM e SMS. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2014, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo: **SPDM - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra**

Estimativas Rescisões Contratuais	Saldo em 31/12/2014-R\$
Aviso Prévio indenizado	1.688.901,54
Multa 50% FGTS	864.391,03
Total	2.553.292,57

4.4-Outros Créditos: São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **4.4.1-Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legisla- ção trabalhista (CLT). **4.4.2-Outros Créditos e Adiantamentos:** Re- presentam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde. **4.4.3-Depósitos Judiciais:** Em 31.12.2014 a unidade apresentava um saldo de depósito judicial no valor de R\$ 3.570,00 referente a contingências trabalhistas. A mesma é parte envolvida em processos trabalhistas em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quan- do aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atuali- zadas pela Administração, amparada pela opinião de seus advogados. **4.5-Despesas Pagas Antecipadamente:** As despesas antecipadas são aquelas pagas ou devidas com antecedência, mas referindo-se a períodos de competência subsequentes. Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. Os valo- res segurados são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **4.6 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais mé- dico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escritu- rado em estoques no exercício de 2014 é de R\$ 1.121.960,62.

Composição dos Estoques	31/12/2014
Tipo	
Materiais do setor de Nutrição	29.454,82
Materiais do setor de Farmácia	471.735,14
Materiais de Almoxarifado	565.631,74
Materiais de Terceiros	55.138,92
Total	1.121.960,62

A instituição possui material de terceiros que integram o estoque e são controladas de maneira segregada. São utilizados para manter os aten- dimentos emergenciais dos serviços de saúde. **4.7 Valores a Receber Longo Prazo:** Em 2014, a instituição reconheceu a necessidade de registrar seu contrato de nº S-9001/2013 com a SMS em período integral de (5) anos, gerando contas a receber de longo prazo. Dessa forma, a instituição entende que de acordo com a Resolução 1.151/09, tal apropriação no ativo não circulante teria como contrapartida um passivo não circulante, que deverá se realizar até o final do contrato. A contrapartida em conta de resultado (receita) ocorre somente no momento da realiza- ção dos custos e despesas inerente ao contrato relacionado. Portanto, a apropriação de valores a receber (de longo prazo) no montante de R\$ **174.794.000,00** não contempla os critérios de Ajuste a Valor Presente. **4.8 Imobilizado:** O imobilizado pertencente as unidades dos **Prontos So- corros Municipais de Taboão da Serra** são representados por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão, para os quais possuímos documentos de permissão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2014	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2013
Imobilizado -Bens de Terceiros	5.431.701,16	3.540.488,57	-	1.891.212,59
Bens Móveis	5.431.701,16	3.540.488,57	-	1.891.212,59
Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratório	2.729.125,82	1.515.578,65	-	1.213.547,17
Equipamento Processamento de Dados	666.934,93	548.853,03	-	118.081,90
Mobiliário em Geral	1.287.359,64	903.793,57	-	383.566,07
Maquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	521.573,09	410.044,88	-	111.528,21
Aparelhos de Medição	14.162,99	9.802,99	-	4.360,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	85.129,06	40.546,20	-	44.582,86
Maquina e Equipamento de Natureza Industrial	49.492,75	49.492,75	-	-
Equipamento para Áudio Vídeo e Foto	40.129,00	40.129,00	-	-
Maquina Ferramentas e Utensílios de Oficina	31.091,88	16.845,50	-	14.246,38
Outros Materiais Permanentes	6.702,00	5.402,00	-	1.300,00
Total Imobilizado - Terceiros	5.431.701,16	3.540.488,57	-	1.891.212,59

Descrição	Posição em 31/12/2014	Ajuste do Exercício	Posição em 31/12/2013	Taxas anuais médias de Ajuste
Ajuste vida útil econômica de Bens de Terceiros	(567.663,17)	(502.981,74)	(64.681,43)	%
Bens Móveis	(567.663,17)	(502.981,74)	(64.681,43)	
Aparelhos Equipamentos Utensílios Medicos Odontológicos Laboratório	(287.775,64)	(244.023,58)	(43.752,06)	10,00
Equipamento Processamento de Dados	(96.201,47)	(86.892,85)	(9.308,62)	20,00
Mobiliário em Geral	(120.704,31)	(113.555,65)	(7.148,66)	10,00
Maquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(43.267,13)	(39.866,04)	(3.401,09)	10,00
Aparelhos de Medição	(1.434,56)	(1.252,91)	(181,65)	10,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(8.447,86)	(7.868,20)	(579,66)	10,00
Máquina e Equipamento de Natureza Industrial	(3.539,98)	(3.539,98)	(0,00)	10,00
Equipamento para Áudio Vídeo e Foto	(3.351,36)	(3.351,36)	(0,00)	10,00
Máquina Ferramentas e Utensílios de Oficina	(2.528,28)	(2.240,25)	(288,03)	10,00
Outros Materiais Permanentes	(412,58)	(390,92)	(21,66)	10,00

Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº. 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, perio- dicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobiliza- do e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". **4.9-Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacio- nais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas e possuem prazo médio de pagamento de 90 dias. **4.10-Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionadas a contratos de prestação de serviços gerais como limpeza e vigi- lância, portaria, remoção de pacientes, serviços de reforma. **4.11-Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mí- nima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclu- sive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **4.12-Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS, Contribuição Sindical.

4.13-Estimativas de Rescisão Contratual: A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10, reafirmado no item 09 da resolução 1.409/12. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescis- são contratual entre a SPDM e SMS. Dessa forma, a estimativa leva em consi- deração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2014, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) E aviso prévio indenizado, vide quadro demonstrativo na nota 4.3.2. **4.14-Provisões Trabalhistas (Férias, FGTS e 13º Salário):** O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável.

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
Provisão de Férias	1.844.240,01	1.006.686,07
Provisão de FGTS s/ Férias	147.539,20	80.534,89

4.15 - Impostos a Recolher: Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e serviços médicos prestados e ISS sobre serviços médicos prestados. **4.16 Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-

Passivo Contingencia - 2014

Trabalhista			Cível			Tributária		
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
	682.631,69							

4.19-Outras Contas a Pagar: Os valores evidenciados abaixo, se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição.

Descrição	31/12/2014-R\$	31/12/2013-R\$
Diversos a pagar	1.804.043,92	565.627,83
Provisão de Despesa	17.655,93	-
Total	-	-

4.20-Empréstimos e Financiamentos: No exercício de 2014 a unidade registrou valores de passivos referentes a empréstimos bancários, que foram concedidos pela Instituição Financeira Banco Bradesco S.A, devido à aus- ência de recursos financeiros para as manutenções relacionadas a obras e reformas das três unidades, que tiveram uma demanda maior neste perí- odo. Os mesmos estão atualizados monetariamente quando aplicável, pelos correspondentes encargos contratuais. Os empréstimos e financiamentos apresentam o seguinte saldo: Empréstimos Bancários - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra

Banco do Brasil S.A	
Saldo a pagar em Dezembro/2014	R\$ 5.240.843,33
Taxa de Juros	1,35% a. m.

4.21-Convênios / Contratos Públicos a Realizar: De acordo com a Reso- lução 1.305/09 (Aprova a NBC TG 07) e Resolução 1.409/12 (que aprova a ITG 2002), a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no contato de gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade firm. O saldo a curto prazo representa R\$ **53.374.213,44**, e a longo prazo R\$ **193.089.250,00**, que serão realiza- dos nos respectivos exercícios, até o final do contrato. **4.22-Bens de Terceiros:** O imobilizado dos **Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra** é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão, para os quais possuímos documentos de permissão de uso. Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº. 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recupera- ção dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". Vide nota explicativa

4.8. 4.23-Materiais de Terceiros em nosso poder: Em 2014 a unidade Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra, registrou um valor de R\$28.305,25, referente a materiais adquiridos de terceiros, para compor o atendimento emergencial da unidade, os mesmos integram o estoque e são registrados nas contas de ativo e passivo circulante. **4.24-Contas de Compensação:** No período de 2014, os saldos referentes às contas de compen- sação foram transferidos para as contas de ativo e passivo não circulante. As contas de compensação foram criadas para abrigar o controle de bens de terceiros, que estão classificados para o grupo de Imobilizado, em con- trapartida em conta específica do passivo não circulante (Bens de Tercei- ros). **4.25-Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitand- o-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas reali- zações estão reconhecidas no resultado. **5 - Origem e Aplicação dos Re-**

-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contrata- dos pela unidade gerenciada, o saldo final a pagar em 2014 referentes aos impostos citados acima foi de R\$ **100.918,38** e em 2013 foi de R\$ **57.451,70**.

4.17-Estimativas Contábeis: A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Admi- nistração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquida- ção das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as esti- mativas e premissas. **4.18 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplica- dos para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabele- cidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que apro- va a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15/08/2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirma- da apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a clas- sificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possí- vel ou presente que pode, mas provavelmente não irá, requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2.014, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclama- ções trabalhistas. Não houve contingências para aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável", e para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 682.631,69.

4.19- Outras Contas a Pagar: Os valores evidenciados abaixo, se referem a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição. **4.20-Empréstimos e Financiamentos:** No exercício de 2014 a unidade registrou valores de passivos referentes a empréstimos bancários, que foram concedidos pela Instituição Financeira Banco Bradesco S.A, devido à aus- ência de recursos financeiros para as manutenções relacionadas a obras e reformas das três unidades, que tiveram uma demanda maior neste perí- odo. Os mesmos estão atualizados monetariamente quando aplicável, pelos correspondentes encargos contratuais. Os empréstimos e financiamentos apresentam o seguinte saldo: Empréstimos Bancários - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra

Banco do Brasil S.A	
Saldo a pagar em Dezembro/2014	R\$ 5.240.843,33
Taxa de Juros	1,35% a. m.

4.21-Convênios / Contratos Públicos a Realizar: De acordo com a Reso- lução 1.305/09 (Aprova a NBC TG 07) e Resolução 1.409/12 (que aprova a ITG 2002), a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no contato de gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade firm. O saldo a curto prazo representa R\$ **53.374.213,44**, e a longo prazo R\$ **193.089.250,00**, que serão realiza- dos nos respectivos exercícios, até o final do contrato. **4.22-Bens de Terceiros:** O imobilizado dos **Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra** é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão, para os quais possuímos documentos de permissão de uso. Segundo o inciso II do § 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado pela Lei nº. 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recupera- ção dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização". Vide nota explicativa

4.8. 4.23-Materiais de Terceiros em nosso poder: Em 2014 a unidade Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra, registrou um valor de R\$28.305,25, referente a materiais adquiridos de terceiros, para compor o atendimento emergencial da unidade, os mesmos integram o estoque e são registrados nas contas de ativo e passivo circulante. **4.24-Contas de Compensação:** No período de 2014, os saldos referentes às contas de compen- sação foram transferidos para as contas de ativo e passivo não circulante. As contas de compensação foram criadas para abrigar o controle de bens de terceiros, que estão classificados para o grupo de Imobilizado, em con- trapartida em conta específica do passivo não circulante (Bens de Tercei- ros). **4.25-Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitand- o-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas reali- zações estão reconhecidas no resultado. **5 - Origem e Aplicação dos Re-**

5.1 - Das Receitas Operacionais: As receitas operacionais da Entidade são constituídas pelo regime de competência e de acordo com as normas da NBC TG 07, onde os valores reconhecidos das receitas são confrontados com as despesas correspondentes. **5.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão rela- cionados aos valores referentes aos setores produtivos e administrativos da instituição e foram classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **5.3 - Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas e quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2014 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 17.691,60. **6 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros proveni- entes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacio- nalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalida- des. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assi- stência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistêmica, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditados diretamente no patri- mônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2014 a Associação recebeu Assistências Governamentais Municipais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567/0043-41	R\$
Contrato S-90001-2013	55.537.323,91

7-Patrimônio Líquido: O patrimônio líquido atualmente não apresenta valo- res, em virtude de aplicação do que estabelece as resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15ª), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero".

8- Resultado do Exercício: Em virtude da aplicação de outros itens da resolu- ção o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconheci- mento em contas de resultado. Caso houvesse, superávit ou déficit ou ainda parte deles que tivesse restrição para aplicação, estaria reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido, o que não ocorre. A instituição apu- rou em 2014, recursos no montante de R\$ 55.884.035,20 e, seus recursos foram diretamente aplicados na atividade operacional/assistencial da unida- de gerenciada, correspondente a R\$ 72.533.021,11, considerando custos e despesas operacionais no mesmo período. Dessa forma, se houvesse apuração de déficit ou superávit do exercício, a instituição encerraria o exer- cício com um resultado deficitário de R\$ 16.648.985,91. Esse desequilíbrio

continua

continuação

financeiro pode estar associado à demanda de atendimento dos serviços de saúde, políticas de gestão ou pela ausência de recursos financeiros para a manutenção do custeio da unidade, variáveis influentes no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato/convenio. **9 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2014, o "Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra" apurou em suas unidades, a seguinte produção:

Tipo de Atendimento	Total
Urgências	485.262
Ambulatório	-
Cirurgia	-
SADT	-
Número de Internações	4.097

9.1- Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Produção Assistencial

Linhas de Contratação	Contratado 2014	Realizado 2014
Internação	3.042	4.097
Hospital-Dia	-	-
Ambulatório	-	-

Professor Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M.

Ata da 20ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas: Data, Horário e Local: Ao 15º dia do mês de abril de dois mil e quinze, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 – Vila Clementino – SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. Paulo Bandiera Paiva, Ramiro Anthero de Azevedo, Maria Inês Dolci, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão"), Dr. Hercílio Ramos, Dr. José Osmar Medina de Pestana e Sr. Flavio Bitelman. **Convidados: Superintendentes:** Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliveira, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2014 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.014 Consolidado da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odemlo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUT), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana

Parer da Assembléia Geral dos Associados: A Assembléia Geral dos Associados da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.014 Consolidado da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odemlo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUT), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana

Parer do Conselho Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Tendo em vista o art. 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2.014 Consolidado da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odemlo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUT), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana

Relatório dos Auditores Independentes: A Diretoria: 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra, que compreende o Balanço Patrimonial em 31/12/2014, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a ela-

Urgência/Emergência	446.130	485.262
SADT Externo	-	-
Total	449.172	489.359
Resultado Contábil	Receitas 2014	Despesas 2014
	80.862.910,34	80.862.910,34

10 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e a portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Em 22/06/2012 a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.106245/2012-12. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam: R\$ 8.329.889,23. **10.1.-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2014, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica em um montante de R\$ 6.164.299,94. **10.2.- Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. No o exercício de 2014 não houve provisões e pagamentos referente a Serviços de Terceiros Pessoa Física na unidade. **10.3.-Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2014 foi de R\$ 2.165.589,29. **11 - Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não

Dr. Vitor Sérgio Kawabata - Diretor Técnico

Lucieni Mauro - Contadora CRC- 1SP 260.424/O-5

Odemlo Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUT), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI – Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/ P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) –, PABSF A.P. 3.2 (A.P 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0) . Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2014. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15 de Abril de 2.015. Prof. Dr. Ronaldo Ramos ; Dr.ª Maria Inês Dolci; Prof. Dr. Paulo Bandiera Paiva; Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo.

(CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI – Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/ P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) –, PABSF A.P. 3.2 (A.P 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 23 de Abril de 2.015. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira.** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M. Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede – Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD – Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI – Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/ P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) –, PABSF A.P. 3.2 (A.P 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0) . Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 10 de Abril de 2.015. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro; Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla; Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta; Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi.

boração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Prontos Socorros Municipais de Taboão da Serra em 31/12/2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. São Paulo - SP, 17/03/2015. **Audisa Auditores Associados** - CRC/SP 2SP 024298/O-3; **Ricardo Roberto Monello** - Contador - CT- CRC.: 1SP 161.144/O- 3 - CNAI - SP - 1619; **Alexandre Chiaratti do Nascimento** - Contador - CRC/SP 187.003/O- 0 - CNAI - SP - 1620

BREOF Empreendimentos Residenciais II Ltda.

CNPJ/MF nº 13.019.386/0001-25 – NIRE 35.224.882.162

Ata de Reunião de Sócios

Data, hora e local: 22.04.2015, às 10h00, na sede da Sociedade. **Convocação:** dispensada em face da presença da totalidade dos sócios. **Ordem do Dia:** com fundamento no inciso II do artigo 1.082 do Código Civil em vigor, deliberar acerca da proposta de redução do capital da Sociedade. **Deliberações:** aprovada pela unanimidade dos sócios a proposta de redução do capital da Sociedade de R\$ 351.596.038,00 para R\$ 285.296.038,00, com uma redução efetiva de R\$ 66.300.000,00, mediante o cancelamento de 66.300.000 quotas de titularidade das sócias, sendo: (i) 23.735.400 quotas da sócia Tabbyal LLC.; (ii) 18.232.500 quotas da sócia Basset Hound LLC.; (iii) 9.282.000 quotas da sócia Canaryanna LLC.; (iv) 5.867.550 quotas da sócia BREOF II LUX S.à.r.l.; (v) 5.867.550 quotas da sócia Floripa Delaware LLC.; e (vi) 3.315.000 quotas da sócia Santo Delaware LLC., sendo-lhes entregue, em contrapartida às quotas canceladas, quantia, em moeda corrente nacional, equivalente ao valor da redução das respectivas participações societárias. A presente ata é publicada na forma de extrato, nos termos da lei. Assinaturas - **Mesa:** Rodrigo Lacombe Abbud – Presidente; Rodrigo Avila Sarti – Secretário; **Sócios:** Canaryanna LLC.; Tabbyal LLC.; Basset Hound LLC.; BREOF II LUX S.à.r.l.; Espírito Santo Delaware LLC.; e Floripa Delaware LLC.; todas representadas por seu procurador Rodrigo Avila Sarti.

Mecânica Bonfanti S.A.

CNPJ/MF 51.378.321/0001-65 - N.I.R.E. 35.300.028.996

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores acionistas da **Mecânica Bonfanti S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.378.321/0001-65, com seu Estatuto Social arquivado perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.028.996, convocados a comparecerem na sede da Companhia, na Rua João Arrais Seródio, 17, Leme/ SP, no dia 22/05/2015, em primeira chamada às 9 horas, com a presença de titulares de, no mínimo, 1/4 do capital social, e em segunda e última chamada às 10 horas, com qualquer número de acionistas, para exame e votação das seguintes matérias da ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014, conforme publicado no DOESP e no Jornal Notícias de Leme, nas edições de 27 e 28/03/2015, respectivamente, (ii) analisar o parecer emitido pelo Conselho Fiscal, com relação aos documentos indicados no item "i"; (iii) deliberar, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos, se for o caso, (iv) deliberar sobre a eleição/reeleição e/ou destituição de membros da Diretoria e do Conselho Fiscal/Suplentes e suas respectivas remunerações; e (v) outros assuntos de interesse da sociedade. A Diretora Superintendente esclarece que os documentos indicados nos itens "i" e "ii" da presente convocação encontram-se à disposição dos acionistas para consulta, na sede da Companhia. Leme SP, 22/04/2015. **Roseana Michielin Bonfanti Simioni** Diretora Superintendente. (30/04, 01 e 05/05)

SSB

Empreendimento Imobiliário SPE S.A.

CNPJ/MF nº 09.231.097/0001-18 - NIRE - 35.300.354.982

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

São convocados os acionistas da Companhia a se reunir em AGE, no dia 08/05/2015, às 10 horas, na sede, Avenida Engenheiro Roberto Zucolo, nº 555, 1º andar, sala 88, parte, Vila Leopoldina, em São Paulo/SP, para discutir e deliberar a seguinte **ordem do dia:** (i) homologação do aumento de capital aprovado na Ata de AGE realizada em 13/03/2015, com a consequente alteração do Artigo 5º do Estatuto Social, em decorrência da integralização da totalidade do aumento do capital social pela capitalização dos valores contabilizados na conta de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - "AFAC"; (ii) a distribuição de dividendos à ação preferencial; e (iii) o resgate da ação preferencial. **Informações Gerais:** (a) encontram-se à disposição dos acionistas, na sede, os documentos relacionados às deliberações constantes da ordem do dia; (b) cada acionista deverá apresentar à Companhia, com no mínimo 48 horas de antecedência, documento de identidade e/ou atos societários que comprovem a representação legal, bem como, conforme o caso, o acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e reconhecimento de firma, até 48 horas antes da realização da Assembleia. São Paulo/SP, 30/04/2015. Diretores Jaime de Queiroz Lima Filho e Claudio Carvalho de Lima.